

Dias Toffoli e Marques votam para validar o contrato do BRT-ABC

Ministros acompanham olhar de Gilmar e Alexandre e Rosa é contra; placar no STF está 4 a 3 a favor do acordo do Estado com a Next Mobilidade

RAPHAEL ROCHA
raphaetrocha@ggabc.com.br

Os ministros Dias Toffoli e Kássio Nunes Marques, do STF (Supremo Tribunal Federal), votaram pela validade do contrato entre o governo do Estado e a Next Mobilidade para construção do BRT-ABC, com extensão do vínculo para operação do Corredor ABD de trólebus e transferência da gestão da Área 5 da EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos). Rosa Webber também votou, mas contra o contrato. Com o voto de Toffoli e de Nunes Marques, o placar virou: quatro ministros se posicionaram favoravelmente à decisão administrativa do Palácio dos Bandeirantes e três foram contrários.

A posição de Toffoli, de Nunes Marques e de Rosa Webber foi externada na noite de ontem no julgamento virtual retomado no dia 11 de agosto. Os ministros do Supremo têm até segunda-feira para se manifestar na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pelo partido Solidariedade.

Em 2019, o governo do Esta-



EXPECTATIVA. Ministros têm até segunda-feira para votar no caso

do decidiu extinguir o contrato firmado para construção da Linha 18-Bronze do Metrô, via monotrilho, e encaminhou uma alternativa: implantar um BRT, sigla em inglês para ônibus de alta velocidade em corredor exclusivo. O Palácio dos Bandeirantes adotou um arranjo administrativo para que a Next Mobilidade ficasse responsável pela obra, orçada em R\$ 970 milhões. Como contraparti-

da, a empresa ganhou o direito de explorar o Corredor ABD de trólebus por mais 25 anos, além de assumir as linhas de ônibus da Área 5, justamente as que atendem o Grande ABC.

Até o fechamento desta edição, somente o posicionamento de Toffoli e de Nunes Marques com "acompanhamento do votos" de Gilmar e Alexandre foi exposto. Favoráveis à solução administrativa do gover-

no paulista, os ministros divergiram da relatora do processo, Cármen Lúcia, que viu inconsistências do trâmite – o posicionamento de Cármen Lúcia foi seguido por Edson Fachin e agora Rosa Webber.

"Entendo que a assunção de novas obrigações de fazer para investimento em malhas de interesse da administração pública não desfigura o objeto do contrato de concessão original. Sendo o contrato de concessão um acordo bilateral que opera no interesse da administração pública, nada impede que, de forma acessória à obrigação principal de prestação adequada do serviço dentro da malha licitada, sejam também pactuadas novas obrigações", escreveu Gilmar Mendes, em seu posicionamento.

Esta edição foi fechada às 22h22. Restam quatro ministros para votar: Luiz Fux, André Mendonça, Cristiano Zanin e Luis Roberto Barroso.

Ao todo, o Grande ABC será contemplado com estações em São Bernardo (Metrópole, Aldino Pinotti, Abrahão Ribeiro, Afonsina, Rudge Ramos, Senador Vergueiro, Winston Churchill e Vila Vivaldi); em Santo André (Fundação do ABC) e São Caetano (Instituto Mauá, Vila Império, Jardim São Caetano, Estrada das Lágrimas, Cerâmica, CEU Meninos, Goiás e Almirante Delamare). O traçado completo terá 18 quilômetros.

As obras já começaram na etapa que compreende trecho da Avenida Lauro Gomes, em São Bernardo, entre o cruzamento com a Avenida Aldino Pinotti (Centro) e o cruzamento com a Avenida Winston Churchill (Vila Vivaldi). Também já houve intervenção no Terminal Metropolitano de São Bernardo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 6